



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CARLOS ALBERTO FLORÊNCIO JÚNIOR

**A REFORMULAÇÃO IDEOLÓGICA DO TRABALHO NO PLANO DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CUBANO E A SUA REPRESENTAÇÃO NAS
UNIDADES MILITARES DE AJUDA À PRODUÇÃO (UMAP), 1965-1968.**

Brasília, setembro de 2024

CARLOS ALBERTO FLORÊNCIO JÚNIOR

**A REFORMULAÇÃO IDEOLÓGICA DO TRABALHO NO PLANO DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CUBANO E A SUA REPRESENTAÇÃO NAS
UNIDADES MILITARES DE AJUDA À PRODUÇÃO (UMAP), 1965-1968.**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria

Brasília, setembro de 2024

BANCA EXAMIDADORA

Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria – PPGHIS/UnB
(Orientador)

Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Noguezól - PPGHIS/UnB
(Departamento de História)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal – PPGHIS/UnB
(Departamento de História)

AGRADECIMENTOS

À Luzinete, minha mãe, pelo incondicional amor, cuidado e inspiração.

À Mariana, minha terapeuta, pelo carinho e trabalho desenvolvido em nossas sessões.

Aos amigos, a caminhada até aqui só se fez possível com vocês ao meu lado, vocês são o meu maior presente.

À Universidade de Brasília, pelas incontáveis oportunidades, e espaço de acolhimento e liberdade que fizeram desses muitos anos de graduação uma experiência de vida transformadora.

RESUMO

Para os cubanos, a década de 1960 foi marcada por um intenso processo de reestruturação dos meios de produção e das relações de trabalho. As estratégias conduzidas pelo Estado nos primeiros anos do período revolucionário tinham como objetivo edificar um modelo de gestão econômica e cultural socialista. Nesse contexto, a economia açucareira, que já era um setor crucial para Cuba, assumiu um papel ainda mais central. A produção de açúcar não só sustentava a economia, como também estava profundamente interligada às políticas de trabalho, sendo vista como um motor para a transformação social e econômica do país. O ideal do "homem novo" e a hipervalorização do trabalho sob a perspectiva da moralidade serviram como sustentação para o plano econômico de Cuba, que resultou em uma redefinição do lugar ocupado pelo trabalho na ilha. O trabalho passou a ser uma ferramenta de controle da força de trabalho, marcada por ações repressivas, autoritárias e homofóbicas tidas como uma necessidade econômica de progresso.

Palavras Chaves: Revolução Cubana; Economia Açucareira; Unidades Militares de Ajuda à Produção; Trabalho; Dispositivos Disciplinares;

ABSTRACT

For Cubans, the 1960s were marked by an intense process of restructuring the means of production and labor relations. The strategies implemented by the State in the early years of the revolutionary period aimed to build a model of socialist economic and cultural management. In this context, the sugar economy, which was already a crucial sector for Cuba, assumed an even more vital role. Sugar production not only sustained the economy but was also deeply intertwined with labor policies, being seen as a driving force for the country's social and economic transformation. The ideal of the "new man" and the hypervaluation of work from a moral perspective served as the foundation for Cuba's economic plan, which resulted in a redefinition of the role of labor on the island. Work became a tool for controlling the workforce, marked by repressive, authoritarian, and homophobic actions, considered an economic necessity for progress.

Keywords: Cuban Revolution; Economy Sugar; Units for Aid to Production (UMAP); Labor and Repression; Disciplinary device.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
I. CAPÍTULO - A REESTRUTURAÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO	14
A Estratégia <i>Turnpike</i>	16
A mudança de perfil do trabalho	18
A Reforma Agrária	22
II. CAPÍTULO - A REFORMULAÇÃO IDEOLÓGICA DO TRABALHO.....	25
As UMAPs na discussão do trabalho	31
O trabalho como dispositivo disciplinar	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como objetivo analisar a reformulação ideológica do trabalho em Cuba e suas representações autoritárias entre 1965 e 1968. O surgimento de regimes socialistas em sociedades constituídas historicamente sob estruturas capitalistas é tema recorrente de diversas produções acadêmicas. No caso, da Revolução Cubana de 1959, esses estudos necessariamente permeiam as discussões sob campo ideológico do trabalho e do seu desempenho nas estratégias de reestruturação política, econômica e social pretendidas com a revolução.

Dada a complexidade do tema, que naturalmente envolve uma variedade de conceitos e aspectos, foi decidido delimitar a análise ao período de 1965-1968, considerando especificamente os eventos relacionados a categoria do trabalho. O recorte temporal foi escolhido estrategicamente por contemplar um período marcado por mudanças estruturais na forma de produzir e conceber o ‘trabalho’. Além disso, o período selecionado abrange o tempo de funcionamento das Unidades de Ajuda à Produção (UMAP), que este trabalho pretende caracterizar como uma representação emblemática da reformulação ideológica do trabalho e da sua força disciplinar e normalizadora.

As UMAPs, oficialmente estabelecidas como centros de trabalho agrícola e de formação militar, operaram em Cuba entre os anos de 1965 e 1968. Thabaz (2014), argumenta que essas unidades fizeram parte da reestruturação dos meios de produção em Cuba, particularmente em resposta aos desafios econômicos relacionados à produção e exportação de açúcar.

Assim, ao menos como ponto de partida, entende-se as UMAPs como parte de uma política de incentivo ao trabalho voluntário, que por sua vez estaria integrada ao plano econômico cubano de reestruturação socialista. Consistiam então, em centros de trabalho agrícola, controlados pelo Estado e direcionados à uma parcela da sociedade específica por meio do trabalho voluntário.

O economista Carmelo Mesa-Lago (1971), especialista em economia cubana, aborda extensivamente a questão do trabalho não remunerado em Cuba. Suas análises destacam que o sistema cubano tradicionalmente contou com diversas formas de trabalho voluntário, tornando-se uma política institucionalizada por meio da coerção e da militarização do trabalho, sendo esperado dos cidadãos como uma contribuição para a sociedade socialista.

As diversas produções historiográficas que trabalham o papel prático dessas unidades no contexto cubano pós-revolução, dão destaque principalmente a homofobia e o caráter repressor vivenciados pelos internos nas UMAPs, fazendo com que os esforços econômicos pretendidos com a operação dessas unidades perdessem certo destaque nas narrativas e significados atribuídos a elas.

Rodrigues (2021), oferece uma análise detalhada das UMAP, ao argumentar que os homossexuais internados nessas unidades sofreram torturas que visavam a sua "reintegração" na sociedade, segundo uma visão distorcida de que esses indivíduos eram "doentes" e precisavam ser "curados".

Para a autora, o caráter ideológico, político e moralista das políticas do Estado revolucionário foi essencial para a criação das UMAP. Seu trabalho reconstrói fragmentos do cenário sociopolítico que conferiu legitimidade ao governo cubano para instituir essa forma brutal de controle populacional, mas não alcança a essência do plano político por trás dessas unidades, reduzindo-a a uma instância de policiamento de gênero e sexualidade.

Dentro desse espectro, várias obras literárias e produções historiográficas abordam diretamente o tema das UMAP, expondo as violências cometidas nesses campos. O romance biográfico *“Benjamín: cuando morir es más sensato que esperar”*, publicado em 2018, pela psicóloga cubana Carolina De La Torre, por exemplo, retrata a trágica experiência de um jovem artista homossexual que, forçado a cumprir serviço militar nas UMAP, acaba cometendo suicídio logo após ser liberado. Esse relato literário, embora baseado em eventos reais, exemplifica o sofrimento enfrentado por aqueles que foram confinados nessas unidades e forçados a trabalhar.

Outro exemplo notável é a obra autobiográfica *“Antes que anochezca”*, do renomado autor cubano Reinaldo Arenas, publicada em 1992. Neste livro, Arenas narra sua própria experiência de perseguição, não apenas por sua dissidência política, mas também por sua orientação sexual, em um período em que o governo revolucionário cubano via a homossexualidade como uma ameaça à moral socialista.

Todas essas narrativas, literárias ou acadêmicas, destacam perspectivas isoladas, mas não divergentes, para explicar a institucionalização e a conduta homofóbica dessas unidades. Trabalhos como o de Rodrigues (2021), consideram a campanha ideológica em torno do

“homem novo” e a incisiva posição de Fidel Castro frente aos “inimigos da revolução” como fator das UMAPs.

Já o autor Antônio José Ponte (2013), vai dizer que a função vital das UMAP não era matar civis, mas aproveitar a força de trabalho das ‘máculas sociais’, sem preocupação alguma com seu custo humano.¹

Este trabalho não tem a intenção de ignorar as narrativas existentes ou hierarquizar os fatores que conferiram legitimidade a essas unidades de produção, na tentativa de justificá-las. No entanto, como o tema central desta monografia é a reformulação ideológica do trabalho, e considerando que a existência e operação dessas unidades resultam desse processo. Embora de forma secundária, busca-se também ampliar o entendimento que a força de institucionalização das UMAPs oriunda de diversos fatores em conjunto, mas que se conectam em um só: o trabalho.

Assim, o primeiro capítulo tem como título “*A reestruturação dos meios de produção*”, e irá trabalhar sob a perspectiva do plano econômico desenvolvido por Cuba no campo do trabalho, destacando as suas complexas singularidades.

Sabe-se, que o uso do trabalho voluntário para manutenção da capacidade produtiva do estado, representava uma parcela importante da força de trabalho em Cuba. Em 1967, o trabalho voluntário patrocinado pelo estado representava entre 8 e 12 por cento da força de trabalho do estado, e entre 1962 e 1967 totalizou aproximadamente 1,4 por cento da renda nacional.²

No capítulo um então, veremos que este percentual revela não só o alcance da reformulação ideológica do trabalho sob as novas estruturas econômicas, mas nos aponta para as novas formas de controle social que nascem na prática, a partir da reestruturação dos meios de produção.

Naturalmente, tratar de todos os aspectos da economia cubana sob um período relativamente curto, porém com uma alta carga material de acontecimentos a serem analisados, não seria viável em um único capítulo, e nem o objetivo deste trabalho. Portanto, para o que nos importa delimitou-se que os aspectos econômicos analisados pelo capítulo, se dividirão em

¹ Ponte, 2013, p. 14

² Thabaz, 2014, p. 16

três eixos temáticos: A Estratégia *Turnpike*; A mudança no perfil de emprego; e As Reformas Agrárias.

Tradicionalmente existem diversos autores que escrevem sobre Cuba, assim a revisão bibliográfica realizada destaca o autor Carmelo Mesa-Lago e sua obra "*Cuba in the 1970s: Pragmatism and Institutionalization*" (1974), onde é explorada a transição da economia cubana durante os anos 1970, marcados por uma tentativa de institucionalização e a busca por maior eficiência econômica dentro do modelo socialista.

Mesa-Lago vai discutir sobre como o governo cubano enfrentou desafios econômicos significativos, incluindo a dependência de subsídios da União Soviética, a necessidade de reformas econômicas pragmáticas, e os esforços para melhorar a produtividade agrícola e industrial.

Na mesma seara, a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), através da produção de seus relatórios anuais em "*O Estudio Económico de América Latina y el Caribe*", escreve sobre a economia cubana, examinando seu desempenho, desafios e perspectivas de desenvolvimento.

Temos também o autor, Luís Suárez Pericás, economista e pesquisador cubano conhecido pelo seu livro "*Cuba: La Reestructuración de la Economía*" (2000), que também trata das transformações econômicas na ilha, especialmente no contexto das reformas e desafios enfrentados pelo país após a dissolução da União Soviética e a perda de subsídios que sustentavam a economia cubana durante o período socialista.

Outra obra bastante citada no debate econômico de Cuba, é o livro "*Cuba: La Economía en Transición*" (2015), onde o autor Miguel Alejandro Madero se propõe a examinar as transformações econômicas que ocorreram em Cuba desde o início das reformas nos até os anos 1990.

Também foi consultado os autores Brian Pollitt e G. B. Hagelberg em "*The Cuban Sugar Economy*" (1985), sua obra explora a evolução do setor açucareiro cubano e o caracteriza como uma espinha dorsal da economia cubana por grande parte do século XX.

Por fim, destaco a importância da historiadora brasileira Joana Salém Vasconcelos³ para esta monografia. Sua pesquisa acadêmica sobre Cuba, aparece em todo o texto e serviram como base estrutural e facilitadora para o caminho traçado até a sua conclusão. É imprescindível também registrar, que o fato da autora trabalhar com os principais referenciais teóricos, utilizando vários dos autores acima, contribui de maneira a democratizar o acesso aos pensamentos desses autores e de suas obras, que são de difícil acesso e em sua maioria não estão traduzidas para o nosso idioma.

O segundo capítulo recebe como tema “*A reformulação ideológica do trabalho*”, e tratará da perspectiva ideológica ligada ao trabalho desenvolvida concomitante aos desafios oriundos do plano sociopolítico e econômico que tentou-se estabelecer na ilha.

Em “*A Ideologia Alemã*”, Marx e Engels (2007), introduzem a ideia de ideologia como uma forma de falsa consciência. Segundo essa perspectiva, a ideologia é uma distorção da realidade que serve para justificar e manter as relações de produção existentes, perpetuando a dominação da classe trabalhadora.

Sob a perspectiva marxista, a ideologia reproduzida a partir da falsa consciência, apresenta o sistema econômico vigente como necessário e natural, fazendo com que a maioria das pessoas aceite passivamente as condições de exploração e miséria que enfrentam. Esse processo de aceitação e conformidade resulta na reprodução contínua dessas estruturas, perpetuando a alienação do trabalhador.⁴

Para compreendermos a reformulação ideológica do trabalho então, consideramos o conceito de ideologia do trabalho como o conjunto de ideias que medeiam o conflito social do uso da força de trabalho no processo produtivo.⁵

A revisão bibliográfica pensada para este capítulo contempla os autores trabalhados no primeiro capítulo, dentre outros. Destacamos ainda o trabalho de Ernesto Che Guevara em “*El Socialismo y el Hombre en Cuba*” (1965), importante fonte histórica e bibliográfica, que para a discussão pretendida se fez muito importante.

³ Joana Salém Vasconcelos é historiadora graduada pela Universidade de São Paulo (2010), mestra em desenvolvimento econômico pela Universidade Estadual de Campinas (2013) e doutora em história econômica pela Universidade de São Paulo (2020).

⁴ Baldi, 2019, p. 632.

⁵ Coelho-Lima, 2021, p. 56.

Temos também, o artigo de Javier Ladrón de Guevara Marzal *et. al* , pesquisador especialista em economia cubana, com o seu trabalho “*Las UMAP en el contexto de la revolución cubana: entre la economía y la represión*” (2010). Guevara nos oferece uma análise profunda das *Unidades Militares de Ayuda a la Producción* e sua a caracterização como dispositivo disciplinar.

Nosso trabalho aqui se conecta ao pensamento produzido por Guevara, na utilização do filósofo Michel Foucault e seu conceito de dispositivos disciplinares, abordado em “*Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*” (1975). Onde buscar-se-á estabelecer uma relação conceitual entre o conceito dispositivos disciplinares e sua função de normalizar o comportamento dos indivíduos, através da imposição de normas e padrões institucionalizados, percebido no debate sobre o trabalho.

A repressão, o autoritarismo e homofobia percebidos em governos esquerdistas ao longo da história, são temas ainda sensíveis no meio acadêmico. Esses temas revelam uma disputa de memórias e significados, em grande parte devido à dificuldade de acesso e divulgação de fontes e trabalhos historiográficos sobre o assunto.

É importante, então, ampliar o debate sobre projetos revolucionários que visam a emancipação da classe trabalhadora, reconhecendo que tais projetos podem apresentar contradições significativas durante sua institucionalização, independentemente de sua orientação política, seja de esquerda ou direita. Neste contexto, espera-se contribuir para a discussão historiográfica sobre a representação e o significado político das Unidades Militares de Ajuda à Produção e o trabalho no processo histórico da Revolução Cubana.

I. CAPÍTULO - A REESTRUTURAÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO

Inicialmente, nos importa rememorar que o processo de formação da economia cubana, foi marcado pela presença do neocolonialismo sendo este, base de sustentação do subdesenvolvimento econômico do país.⁶ Para Casoni (2016), ao observamos o processo de formação histórica de Cuba, a conversão do sistema colonial em neocolonial, operada por meio da substituição de metrópole — a troca da dominação espanhola (colonial) pela norte-americana (neocolonial) —, representou mais continuidade do que descontinuidade no processo histórico de desenvolvimento cubano.⁷

Historicamente, essa estrutura econômica garantiu que o desenvolvimento industrial e a diversificação econômica fossem limitados, mantendo Cuba em uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho, através da especialização na exportação de um único produto ou matéria-prima, no caso cubano: o açúcar.⁸

Péricas (2018) detalha a situação de dependência de Cuba no final dos anos 1950, quando a economia cubana era dominada por investimentos e propriedades norte-americana, vejamos:

No final da década de 1950, a situação de dependência de Cuba podia ser explicitada em diversos indicadores. Em 1958, por exemplo, 40% da produção açucareira, 90% dos serviços elétricos e telefônicos, 50% das ferrovias e 23% das indústrias não açucareiras eram de propriedade norte-americana, enquanto o capital bancário em mãos locais, que atingia o nível dos 60%, era utilizado basicamente para favorecer as corporações monopolistas estrangeiras. Naquele ano, o volume de investimentos dos Estados Unidos na ilha chegou a US\$ 1 bilhão, só inferior, no continente, ao feito na Venezuela e no Brasil. (Péricas, 2018, p. 18)

A subversão da situação de dependência de Cuba na década de 1950, fazia parte do projeto revolucionário pretendido com a Revolução desde sua origem e já apontava a necessidade de ampliar a produção econômica para outros setores, como o caminho certo para superar o subdesenvolvimento econômico. Para tanto, contava-se com a capacidade do governo revolucionário em agregar ao setor produtivo tecnologias que ampliassem sua industrialização e força produtiva.

⁶ Sobre o neocolonialismo cubano, ver relatório da CEPAL, 1959, referência completa no final do documento.

⁷ Casoni, 2019, p.56

⁸ Ibidem, 2016, p. 14

Assim diversas estratégias tomadas pelo projeto revolucionário nesse período partiam da direção contrária as bases do subdesenvolvimento cubano, perpetuadas através de um sistema de produção majoritariamente voltado para o trabalho agrícola, com heranças escravocratas e práticas exploratórias de alienação do trabalhador.

O subdesenvolvimento econômico em Cuba, é explicado pela teoria das vantagens comparativas do economista Davi Ricardo⁹, e funciona como base importante para o entendimento da centralização produtiva cubana na economia açucareira, em seu processo de formação histórica até os dias atuais.

Ao estudarem o projeto econômico de Cuba e a teoria das vantagens comparativas, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), aponta que a divisão internacional do trabalho, como proposta pela teoria de Ricardo, perpetuava o subdesenvolvimento dos países periféricos¹⁰, que se especializavam na exportação de produtos primários de baixo valor agregado enquanto importavam produtos manufaturados de alto valor dos países centrais. No Manifesto, que se tornou a carta de princípios originários da CEPAL, Prebisch, um dos membros da comissão enunciava:

“Es cierto que el razonamiento acerca de las ventajas económicas de la división internacional del trabajo es de una validez teórica inobjetable. Pero suele olvidarse que se basa sobre una premisa contradicha por los hechos (...). La falla de esa premisa es atribuir carácter general a lo que de suyo es muy circunscrito (...). Las ingentes ventajas del desarrollo de la productividad no han llegado a la periferia, en medida comparable a la que ha logrado disfrutar la población de esos grandes países (...). Existe, pues, manifiesto desequilibrio, y cualquiera que fuere su explicación o el modo de justificarlo, se trata de un hecho cierto, que destruye la premisa básica en el esquema de la división internacional del Trabajo” (Cepal, 1986, p. 479).

Prebisch (1996), propôs que os países periféricos enfrentavam uma deterioração nos termos de troca. Isso significa que, ao longo do tempo, os preços dos produtos primários (exportados pelos países periféricos) tendem a cair em comparação com os preços dos produtos manufaturados (importados dos países centrais), prejudicando os países periféricos economicamente.

⁹ A teoria de vantagens comparativas sugere que mesmo se um país for menos eficiente na produção de todos os bens em comparação com outro país, ele ainda pode se beneficiar do comércio internacional. Isso ocorre porque cada país deve se especializar na produção dos bens para os quais possui uma menor desvantagem relativa.

¹⁰ No contexto das teorias de desenvolvimento da CEPAL, países periféricos são aqueles que ocupam uma posição subordinada na hierarquia econômica.

Baseado nas ideias de Prebisch, a CEPAL propôs um programa de reestruturação em Cuba, que consistia na industrialização por substituição de importações. O plano econômico foi compreendido por Vasconcelos (2013), por meio dos seguintes pontos: A diversificação do setor açucareiro, transformando-o em uma indústria multifuncional para aproveitar subprodutos; O desenvolvimento do setor energético, resolvendo gargalos estruturais do subdesenvolvimento produtivo; A criação de uma indústria siderúrgica e mecânica, e A absorção do crescimento populacional, eliminando o desemprego e aumentando a produção agrícola, industrial e energética.

Contudo, como aponta o ex-ministro da Economia de Cuba José Luiz Rodriguez, a substituição das importações para a diversificação econômica não funcionou para Cuba, pois tal feito dependia de uma industrialização rápida a qual o país ainda não estava preparado por não possui elementos mínimos de desenvolvimento, como por exemplo, a escolaridade da força de trabalho, que era de apenas dois anos de estudo. Rodriguez, afirma que dessa estratégia o que se produziu de fato foi uma queda da produção total.¹¹

A Estratégia *Turnpike*

O convênio de 1964 com a União Soviética, serviu como pano de fundo estrutural para a formulação de mais um novo plano econômico baseado nas ideias da CEPAL.¹² O Convênio consolidava a nova estratégia agrária de priorização do açúcar, com redirecionamento das exportações, que anteriormente se destinavam aos Estados Unidos, para a União Soviética.

O economista David Barkin¹³, enxerga as ações tomadas pelo governo cubano através da ótica concebida como "Estratégia *Turnpike*"¹⁴. Sendo este um conceito relacionado a ideia de desenvolvimento econômico e políticas de planejamento estratégico a longo prazo. Para

¹¹ Rodriguez, 2023, p.34

¹² Barkin, 1972, p. 17

¹³ O economista David Barkin viveu em Cuba ao longo dos anos 1970, e atualmente vive no México onde leciona na Universidade Autônoma Metropolitana-Xochimilco. Barkin, especialista em políticas de desenvolvimento no processo revolucionário cubano, analisa o seu processo de formação na perspectiva definida por ele como "*turnpike*".

¹⁴ "Conhecido como "*turnpike*" (porque se assemelha às rodovias expressas que estão sendo construídas ao redor de muitas cidades), segue a lógica de que o caminho mais direto entre dois pontos nem sempre é o mais rápido. Quanto maior a distância que os separa, mais conveniente é fazer um desvio para a estrada expressa. Analogamente, os economistas mostraram que, quando o período de planejamento para o desenvolvimento é longo o suficiente e os objetivos finais são especificados, pode ser vantajoso deixar esses objetivos finais de lado e concentrar-se em aumentar a produção da maneira mais eficiente. Uma vez alcançada uma base produtiva maior, os planejadores podem transformar a estrutura econômica por meio de investimentos em novas indústrias. Dessa forma, uma sociedade pode colher os benefícios da eficiência econômica sem se comprometer eternamente com a produção de bens de capital que isso implica." (Barkin, 1972, p.16, tradução própria).

Cuba, a estratégia envolvia aumentar a produção de açúcar para estabelecer relações comerciais e financiamento da industrialização futura.

Na visão de autores como Barkin (1972) e Vasconcelos (2013), a decisão em concentrar os investimentos no aumento da capacidade de produção do açúcar, especificamente, surge como ponto de partida para a possibilidade de Cuba desenvolver novas relações comerciais, de modo que o equipamento de capital necessário para a diversificação econômica, pudesse ser patrocinado a partir do excedente do setor agrícola. Do ponto de vista os autores, a agricultura era o setor menos dispendioso para se desenvolver por não necessitar de mão de obra qualificada, como outros setores exigiam e ainda representava o caminho mais adequado para aumentar sua limitada base de exportação.

O plano soviético de importação do açúcar cubano, estipulou a compra de 24,1 milhões de toneladas de açúcar a 6,11 centavos de dólar a libra, entre os anos de 1965 e 1970, escalonadas progressivamente a cada ano.¹⁵ Para atender esta demanda, surge paralelamente o plano da Safra de 1970, iniciado em 1965, o plano era atingir a meta de capacidade produtiva de 10 milhões de toneladas por ano até 1970, algo nunca realizado antes em Cuba.

Um aumento da produtividade no setor agrícola, nestas proporções, requer necessariamente o aumento do número de mão aptas ao trabalho. Barkin (1972) aponta que o esforço de desenvolvimento por meio da economia açucareira, tornaram imperativo aumentar a taxa de participação da força de trabalho de todas as formas viáveis:

“As mulheres estão sendo incentivadas a assumir empregos anteriormente realizados por homens e a participar ativamente em novos empreendimentos produtivos. As crianças em idade escolar estão dedicando parte de seu tempo ao trabalho produtivo. Todos os trabalhadores estão sendo solicitados a contribuir com horas extras de trabalho voluntário para ajudar a cumprir as metas de produção. O uso de trabalho voluntário é uma tentativa de lidar com um importante problema de curto prazo de escassez de mão de obra. À medida que o programa de mecanização se expande nos próximos anos, menos trabalhadores serão necessários na agricultura, e a mobilização para a colheita será menos disruptiva.” (Barkin, 1972, p.22, tradução própria).

No trecho acima, Barkin nos apresenta uma série de reformulações na categoria do trabalho que decorrem do senso de urgência do governo em conduzir o trabalhador a aumentar sua produtividade. A mobilização para aumento da produtividade alcançou várias parcelas da

¹⁵ Vasconcelos, 2014, pág. 248.

sociedade que anteriormente não desempenhavam atividades agrícolas, dando destaque a forma incisiva do Estado nos incentivos para o trabalho voluntário.

A mudança de perfil do trabalho

Historicamente, a produção de açúcar em Cuba se estabeleceu como um dos principais motores de sua economia. Até o momento da Revolução, o trabalho produzido nos canaviais cubanos refletia a sua estrutura neocolonialista, sendo a sua exportação de suma importância para o mercado internacional e uma das principais fontes de emprego e renda para a população da ilha.

A produção de açúcar em larga escala em grande parte das plantações estava sob controle de interesses estrangeiros, como já mencionado, principalmente dos Estados Unidos, principal sustentador do sistema de exploração colonial na ilha, o *plantation*. A produção agrícola no país, perpetuou-se sob condições de trabalho com jornadas extenuantes e de baixa remuneração, promovendo um subdesenvolvimento econômico repleto de desigualdades.

Para Vasconcelos (2013), a medida com que as plantações de açúcar se integravam ao capital financeiro estrangeiro, ou seja, recebiam investimentos e se alinhavam aos interesses econômicos de outros países, a subutilização da capacidade produtiva, surgiu como estratégia dos monopólios, grandes empresas e conglomerados que controlavam o mercado na época, que preferiam atividades especulativas.¹⁶

“Nos anos 1950, apresentava as contradições mais agudas das formações periféricas: era uma nação cindida em sua estrutura social, e sem controle sobre os rumos e os ritmos de seu desenvolvimento. O desenvolvimento foi desigual e combinado, tão moderno quanto retrógrado, tão tecnológico quanto rústico, tão extravagante quanto miserável. O capital alcançou elevados graus de concentração e centralização. A indústria açucareira absorveu tecnologias de grande produtividade. A agricultura continuava atrasada, e a maior parte da população permaneceu submersa na extrema pobreza rural” (Vasconcelos, 2013, p. 34).

A mudança do perfil de trabalho, resultante das contradições do processo de industrialização agrícola que trata Vasconcelos, aponta para a relação entre o desemprego estrutural e sua relação com a escassez de mão de obra. Em 1957, 33,5% da força de trabalho cubana estava desempregada, subempregada ou ativa sem remuneração, o que correspondia a

¹⁶ Especulação, nesse contexto, refere-se a práticas financeiras que buscam lucro rápido através das flutuações de preços, ao invés de investir na produção real. Isso muitas vezes resultava em manter a produção abaixo do seu potencial para manipular preços e maximizar ganhos financeiros.

748 mil pessoas, dentro de um universo de 2,2 milhões de pessoas.¹⁷ Como seria possível um país com uma taxa de desemprego tão elevada, ter também como um dos principais desafios para a sua industrialização a escassez de mão de obra no setor agrícola?

Esta discussão é um dos primeiros aspectos considerados pelos autores Pollit e Hagelberg (1994), ao argumentem que apesar das estatísticas convencionais demonstrarem um número expressivo de trabalhadores no país, estas não permitem uma compreensão completa das reais contradições da disponibilidade de mão de obra, por não considerarem uma série de aspectos culturais, políticos e econômicos.

“Nas estatísticas convencionais de emprego não havia quaisquer indícios de escassez de mão-de-obra agrícola. O censo demográfico de 1953 havia registrado uma força de trabalho de 818.700 pessoas com idade de 14 anos ou mais e ativa na agricultura, silvicultura e pesca. As estimativas de 1958/59 eram virtualmente idênticas, com uma elevação para 862.000 em 1960/61 e um leve retrocesso para 838.000 em 1964.” (Pollit; Haguelberg; 1994, p. 163)

Para os autores a relação contraditória entre as taxas de desemprego, e a falta disponibilidade de mão de obra, foram mantidas na nova política econômica pela mudança no perfil de emprego. Vejamos:

“As maiores oportunidades de emprego urbano estimularam as migrações do campo para as cidades. A expansão do emprego nestas últimas também diminuiu a oferta de mão-de-obra de origem urbana que sempre tinha sido uma importante fonte sazonal de trabalhadores agrícolas. O simultâneo aumento das atividades de construção rural também drenava trabalhadores da agricultura, embora não do meio rural. Outros trabalhadores rurais sem terras acabaram sendo atraídos pelas forças armadas. Dentro do setor agrícola, alguns assalariados tomaram-se pequenos produtores autônomos. Enquanto a Lei da Reforma Agrária não tivesse, em sua maior parte, fragmentado as grandes propriedades rurais para distribuí-las entre seus trabalhadores, ela aboliu as rendas em dinheiro ou espécie e aumentou o tamanho de muitos dos menores estabelecimentos. Além disso, os preços dos produtos agrícolas aumentaram e se tomaram estáveis, ao mesmo tempo em que o crédito rural a juros baixos passou a estar facilmente disponível.” (Pollit; Haguelberg, 1994, p. 167).

Barkin (1972), complementa esse raciocínio, ao ressaltar as medidas adotadas para fortalecer o poder de compra de amplas parcelas da população.

“Houve uma redução significativa nos aluguéis, cortes nas tarifas dos serviços públicos, e uma expansão dos serviços sociais. Essas melhorias conferiam ao trabalhador a condição social de usufruir dos seus próprios bem de produção, sem que estes estivessem condicionados a sua produtividade e por sua vez são

¹⁷ Conchol, 1961, pág. 17; e Acosta, 1973, pág. 78, apud Vasconcelos, 2013, pág. 244.

fatores importantes para a mudança do perfil do trabalho.” (Barkin, 1972, p. 19, tradução própria).

Assim, a mudança para empregos estáveis, sob melhores condições reduziu a intensidade do trabalho em um período em que se almejava o oposto. Com jornadas de trabalho mais curtas e uma produção por hora menor, o trabalhador não precisava mais colocar todo o seu esforço pessoal na colheita, já que a sua remuneração não era medida por seu desempenho, e estava garantida por longos períodos.¹⁸

Sabe-se que o modo de produção capitalista possui por fundamento o poder de compra e venda da força de trabalho, como único meio de garantir a sobrevivência imediata. Entende-se também que o bem-estar de um indivíduo vai além da simples garantia de sobrevivência e está intimamente ligado no contexto capitalista, ao acesso a bens e serviços cada vez mais sofisticados.¹⁹

Marx e Engels (1977) argumentam que a dinâmica do sistema capitalista é caracterizada por uma incessante motivação em criar novas necessidades, mercadorias, fetiches e demandas por meio de novos processos de produção e consumo. Essa constante expansão e inovação são consideradas fundamentais para a acumulação de capital e a sustentação do sistema econômico capitalista.

Na época em questão, sem as estruturas sociais da escravidão ou do capitalismo recém subvertido, que subjogavam e exploravam os indivíduos, o desafio do governo cubano era conciliar a necessidade de aumentar a produtividade com a emancipação social dos trabalhadores, um ideal prometido pela revolução.

Isso se dava em um contexto econômico historicamente baseado na superexploração do trabalho, onde o aumento da qualidade de emprego na ilha, fez com que muitos cortadores de cana migrassem de emprego optando por trabalhos menos pesados e mais bem remunerados.²⁰

Esta diversificação de empregos em atividades fora da produção de açúcar tanto no meio urbano quanto no setor agrícola exacerbou a escassez de trabalhadores disponíveis para o corte de cana, pois o volume expressivo de ofertas de emprego se dava de forma sazonal, mediante as fazes de produção da cana de açúcar. Acontece que após o plantio, geralmente por

¹⁸ Pollit; Haguclbuerg, 1994, Pág. 167.

¹⁹ Farias et. al, 2015, p. 56

²⁰ Vasconcelos, 2014, p. 261

oito meses durante o ano, os cortadores de cana ficavam sem ocupação dado o período de chuva e de crescimento da safra e não havia na ilha atividades produtivas capazes de absorver toda força de trabalho que aguardava o momento do corte para retornar a suas ocupações.

Assim a atividade agrícola, já naturalmente menos atrativa por ser um trabalho pesado, torna-se também menos atrativa também pelo *tiempo muerto*²¹, que retirava do trabalhador a segurança de um emprego estável durante o ano todo.

Anteriormente, os trabalhadores eram altamente móveis, migrando para onde havia trabalho sazonal disponível, especialmente durante a safra de cana-de-açúcar. Com empregos agora garantidos durante todo o ano, os trabalhadores não precisavam mais maximizar seus esforços durante os períodos de pico para compensar os meses de baixa atividade econômica.

Após a Revolução, também houve uma reorganização das grandes fazendas de produção, em cooperativas e posteriormente em fazendas estatais, conhecidas como "*granjas del pueblo*". Essas mudanças faziam parte do plano de estatização dos meios de produção conduzidos pelo Estado, e garantiam empregos estáveis ao longo do ano para os trabalhadores e a participação nas decisões e lucros sob sua produção.

Para resolver o problema da escassez de trabalho, uma das saídas encontradas pelo governo cubano foi a modernização das técnicas de produção, por meio da mecanização do setor agrícola. Em 1961, foi criada a Comissão de Mecanização da Colheita de Cana, com o objetivo específico de desenvolver e implementar tecnologias que permitissem aumentar a produtividade do corte da cana de açúcar.

Durante toda a década de 1960, foram realizados grandes investimentos financeiros no desenho, construção, importação e uso de máquinas e equipamentos destinados à mecanização das operações relacionadas ao cultivo, colheita, limpeza, carregamento e transporte da cana. Contudo, na prática o principal efeito percebido dessa mudança não foi tanto o aumento da produtividade da colheita em termos de volume de produção, como era o objetivo, mas sim a possibilidade de os cortadores reduzirem suas jornadas de trabalho sem perder sua remuneração.²²

²¹ No contexto histórico da indústria açucareira cubana, "*tiempo muerto*" refere-se ao período do ano em que não havia colheita de cana-de-açúcar. Esse intervalo geralmente ocorria entre a colheita e o plantio, deixando muitos trabalhadores rurais sem emprego temporário, já que a maioria dos empregos estava diretamente ligada à safra de cana.

²² Pollit; Haguélbuerg, 1994, p. 148

Para Barkin (1972), o impacto negativo das mudanças implementadas por Fidel Castro, refletem uma estratégia de desenvolvimento econômica desequilibrada. Estes desequilíbrios no âmbito do trabalho, nos levam a refletir em como a ineficiência das estratégias alçadas por meio da revolução em um momento de “impaciência pelo aumento da capacidade produtiva açucareira, foi afetada paradoxalmente, pelas próprias mudanças da ruptura capitalista.

A Reforma Agrária

Como observado por Casoni (2016), o primeiro período das transformações econômicas em Cuba (1959-1961) está caracterizado pela modificação da estrutura de propriedade e pela distribuição de renda. Nesta primeira etapa, as políticas econômicas promoveram uma mudança estrutural no modelo de propriedade por meio das nacionalizações promovidas pela primeira Reforma Agrária.²³

Em 17 de maio de 1959 foi promulgada a primeira Lei de Reforma Agrária, esta reforma representou uma ruptura significativa no sistema capitalista de distribuição de terras em direção a um modelo com maior aderência ao pensamento socialista, e por isto está intimamente ligada à escassez de trabalhadores nos campos.²⁴

Na análise de Casoni (2016), a Reforma não ameaçava o princípio de propriedade privada, mas delimitava os parâmetros de definição para latifúndios. Além de centralizar o controle da estrutura agrária para o Estado, por meio do Instituto Nacional da Reforma Agrária (INRA) e estimulava a pequena propriedade. Do ponto de vista de Péricas, a Reforma:

“Além de eliminar o latifúndio, a lei redistribuiu aproximadamente 67% das terras para os pequenos produtores e para o governo revolucionário. Também isentou os camponeses de pagar aluguel, assim como acabou com a exploração de intermediários e usurários. Possibilitou a ampliação de um mercado interno a partir de uma redistribuição de renda mais equitativa e ajudou a diminuir no curto prazo o desemprego crônico no campo” (Péricas, 2018. 24).

Naturalmente, essas mudanças estruturais ressoam no campo do trabalho, como um desafio a ser superado, na medida em que muitos trabalhadores agrícolas, que antes eram assalariados, passaram a ser pequenos produtores independentes, adquirindo suas próprias terras e operando de forma autônoma.

²³ Rodrigues, 2013, p. 12

²⁴ Brian H. Pollit e G.B Hagelberg, 1994, Pág. 165.

Além disso, como analisa Vasconcelos (2013), a reforma dividiu grandes propriedades rurais em parcelas menores, redistribuindo essas terras entre os trabalhadores, o que contribuiu para uma maior equidade no acesso à terra.

Os preços dos produtos agrícolas também experimentaram um aumento, tornando-se mais estáveis e acessíveis ao longo do tempo. Outro benefício importante foi a facilitação do acesso ao crédito rural, agora disponível com taxas de juros mais baixas, o que permitiu aos agricultores financiarem melhorias em suas propriedades e investir no aumento de sua capacidade produtiva.²⁵

Essas mudanças tiveram um impacto direto na renda dos agricultores, conferindo-lhes a oportunidade de superar as condições típicas da agricultura de subsistência, melhorando significativamente suas condições de vida e ampliando suas capacidades produtivas.

A consciência social acerca do trabalho em Cuba é impactada diretamente por essas mudanças resultando na incapacidade econômica do país em alcançar as metas econômicas de produção de açúcar. Vale observar, que o açúcar era entendido por vários teóricos (Prebisch, Barkin etc.), como um meio tecnicamente viável e que melhor se adequaria a estratégia pretendida, argumento que encontra sua lógica pela especialidade histórica cubana em sua produção.

O fracasso no cumprimento das metas econômicas de produção do açúcar nos remete a pensar acerca da consciência do trabalhador e dos ideais e valores que o movem a desempenhar suas atividades. É imperativo reconhecer que estas motivações partem de caminhos e significados diferentes, para cada indivíduo e para o Estado.

Para o Estado, este pode representar apenas uma necessidade econômica, e para o indivíduo, pode ser tido como um dever social ou simplesmente para a garantia de subsistência e de necessidades individuais.

Em um contexto em que a reestruturação dos meios de produção visava a emancipação do trabalhador, assegurando sua sobrevivência independentemente de sua produtividade, o papel do trabalho emergia como uma necessidade econômica essencial para a renovação política e cultural desejada em Cuba. As estratégias formuladas para aumentar a produtividade,

²⁵ Vasconcelos, 2014, p. 224.

mantendo melhorias nas condições de trabalho, surgiram de novas correntes ideológicas disseminadas pela revolução por meio de abordagens disciplinares frequentemente autoritárias.

Na próxima seção, buscaremos compreender melhor essas estratégias, trazendo-as para o debate e analisando suas implicações no trabalho.

II. CAPÍTULO - A REFORMULAÇÃO IDEOLÓGICA DO TRABALHO

István Mészáros, em sua obra “Para Além do Capital” do ano de 2002, aborda a complexidade do processo de transição para o socialismo, oferecendo uma análise crítica das dificuldades envolvidas. Uma de suas teses centrais é a ideia de que a transição socialista não se resume a mudanças nas formas jurídicas de propriedade. Para Mészáros, a ação revolucionária pode, de fato, alterar essas formas de propriedade, mas isso por si só não garante a superação do que ele define como "sociometabolismo do capital."

O conceito de "sociometabolismo do capital" refere-se ao conjunto de relações sociais, econômicas e culturais que estruturam a sociedade capitalista. Para Mészáros (2002), a verdadeira transição socialista exige uma transformação profunda dessas relações, indo além das mudanças legais e formais. Por tanto, a superação do socio metabolismo, só é possível a partir do rompimento completo com a lógica do capital, implicando na criação de novas formas de sociabilidade que sejam autodeterminadas, autônomas e que coloquem o controle das funções sociais vitais nas mãos dos próprios trabalhadores, em vez de mantê-lo sob a autoridade de um Estado ou de uma elite²⁶.

Mészáros (2002), sugere que em uma transformação profunda, as revoluções socialistas correm o risco de não alcançar seus objetivos plenos, perpetuando, de alguma forma, as dinâmicas do capital mesmo em um novo quadro jurídico.

No caso cubano, o plano econômico por trás da Safra de 1970, como discutido no capítulo anterior, expôs desafios e contradições inerentes ao contexto de transição revolucionária, que dificilmente poderiam ser superados de forma rápida, eficaz e em tempo hábil para o alcance da meta.

As poucas oportunidades de industrialização, e a supervalorização da mão de obra no campo intensificada pelo momento econômico se esbarra em sentido contrário as mudanças do perfil do trabalho, tornando a demanda de produção e a falta de capacidade produtiva um problema complexo e difícil de ser resolvido.

Em um momento de transição econômica, a classe trabalhadora, acostumada a vender sua força de trabalho em condições de exploração para garantir sua subsistência, deparou-se, com a Revolução uma nova realidade. Pela primeira vez, a renda e a sobrevivência dos

²⁶ Mészáros, 2002, pág. 67

trabalhadores não dependiam de sua produção individual como assalariados, mas sim da emancipação do trabalho em relação ao capital.

O aumento da capacidade de produção de açúcar tornou-se um fator essencial para o êxito do plano de desenvolvimento econômico da ilha. Paradoxalmente, a emancipação da classe trabalhadora, fruto direto da Revolução, revelou que o complexo processo histórico de formação do país, alicerçado na lógica capitalista de exploração da força de trabalho, estava profundamente enraizado na consciência coletiva e moral dos trabalhadores.²⁷

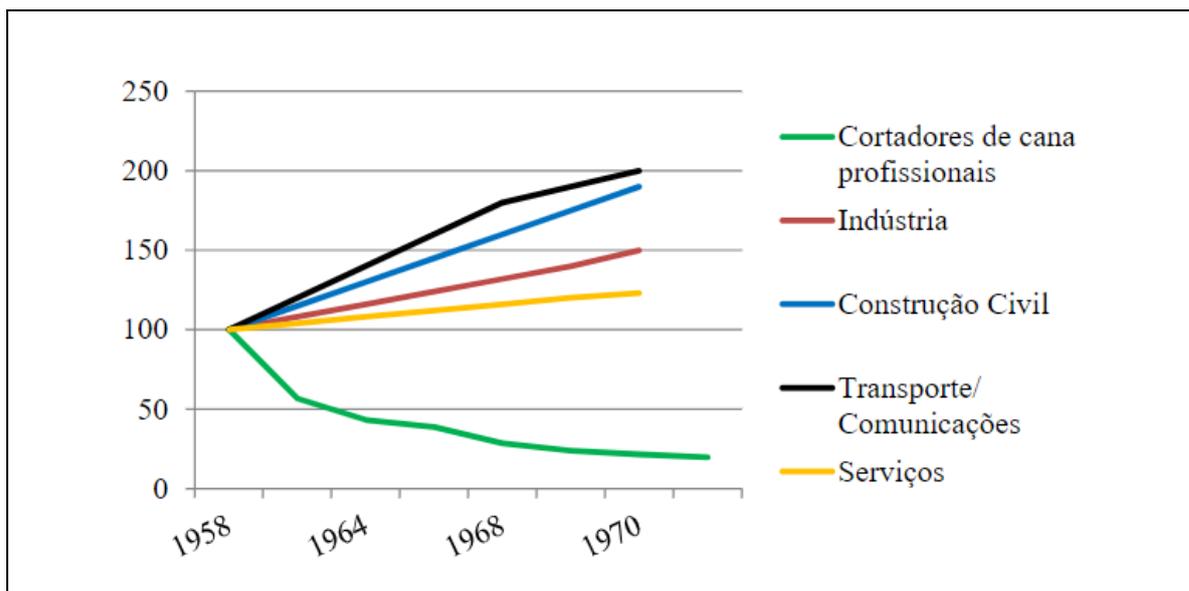
O impacto disso na economia açucareira foi perceptível logo nos primeiros anos de Revolução, como apontado por Vasconcelos (2014). Acontece que, se um trabalhador agrícola que durante toda a sua vida vendeu sua mão de obra, sob condições de trabalho exploratórias e sem qualquer ganho ou participação nos lucros, naturalmente, quando a este trabalhador for dado qualquer outra condição de existência melhorada, a consciência moldada pela experiência passada continua a influenciar o seu comportamento, dificultando a adaptação às novas formas de organização do trabalho.

Vasconcelos (2013), afirma que diante das novas oportunidades de emprego e de estudo muitos dos trabalhadores de cana, optaram por trabalhos menos pesados e mais bem remunerados.²⁸ A autora apresenta ainda um quadro representativo sobre a mudança no perfil de emprego, vejamos:

GRAFÍCO 1 – Mudança no perfil de emprego (1958-1971):

²⁷ Mesa-Largo, 1971, Pág. 141

²⁸ Vasconcelos, 2013, p.39



Fonte: Vasconcelos, 2016, p. 39.

A mudança da natureza do perfil de trabalho, nos novamente a destacar a presença de estruturas antigas do modelo social capitalista. O trabalho, sendo uma atividade desempenhada pelo ser humano como resultado de sua interação e sobrevivência na natureza, não é uma atividade realizada pelo homem de maneira inata, inconsciente ou voluntária. O que o move então a desempenhar o seu papel enquanto trabalhador?

O economista André Almeida (2018), traz uma perceptiva importante em sua pesquisa sobre a função desempenhada pelo trabalho na constituição da consciência e da sociabilidade no pensamento Karl Marx e de Álvaro Vieira Pinto. O autor discute a concepção marxista sobre a relação entre o ser humano e a natureza, destacando a natureza ontológica do trabalho e suas implicações para a condição humana.

Marx considera que o ser humano é, antes de tudo, um animal que carece de recursos externos para sobreviver, assim como outros seres vivos. No entanto, o que diferencia o ser humano dos outros animais é a sua capacidade de produzir seus meios de vida de maneira consciente e planejada, o que implica uma transformação não só da natureza, mas também de si mesmo.

Marx enfatiza ainda que o trabalho humano não é apenas uma atividade biológica, mas uma atividade consciente e deliberada que transforma tanto a natureza quanto o próprio ser humano. Essa atividade, que envolve a produção de valores de uso, é considerada por Marx como uma condição universal e perpétua da vida humana, independente das formas sociais específicas em que se realiza. Mesmo no capitalismo, onde o trabalho assume a forma de

trabalho assalariado e alienado, sua essência ontológica permanece como uma atividade que regula o metabolismo entre o homem e a natureza.

Portanto, o trabalho, em sua essência, é um processo de transformação que define a própria existência humana, tanto em termos de sobrevivência física quanto em termos de desenvolvimento espiritual e cultural.²⁹

Os sistemas de incentivos morais e materiais cubanos estão intrinsecamente ligados à essência ontológica do trabalho, pois envolvem uma tentativa de reconfigurar a importância de como a consciência do trabalhador se relaciona com sua produtividade.

Sob a perspectiva dos incentivos materiais aplicados em benefício ao trabalhador que apresentasse produtividade excepcional em suas tarefas, este não surtiu o efeito esperado, graças a emancipação trabalhista e a melhoria das condições de empregabilidade posterior a revolução, como vimos no primeiro capítulo.

O caminho definido por Che Guevara para esta questão foi trabalhar em cima do viés ideológico através dos incentivos morais, o “Homem Novo”.

“Corre-se o perigo de que as árvores impeçam de ver o bosque. Perseguindo o sonho de realizar o socialismo por meio das armas ineficientes que o capitalismo nos legou (a mercadoria como célula mater. da economia, a rentabilidade, a cobiça material e individual como barreira etc.), se pode chegar a um beco sem saída. E chega-se ali depois de percorrer uma longa distância, na qual os caminhos se entrecortam várias vezes e onde é difícil perceber o momento em que se tomou o caminho errado. Entretanto, a base econômica adaptada consumiu seu trabalho de destruição do desenvolvimento da consciência. Para construir o comunismo em simultaneidade com a base econômica é preciso criar o ‘homem novo’. (Guevara apud Bandeira, 1998, p. 87).

Do campo ideológico pensando para o surgimento do Homem Novo, a ofensiva revolucionária para a safra de 1970, implementou várias medidas para reorganizar o trabalho e o sistema de incentivos, começando pela abolição dos prêmios materiais destinados a trabalhadores ou fábricas com alta produtividade, a eliminação do pagamento de horas extras, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas, e a normalização do trabalho voluntário sem remuneração.

Com o fim do sistema de incentivos criado, a escala de salários diferenciais também foi eliminada, promovendo uma rápida aproximação entre os diferentes níveis salariais dos

²⁹ Saviani, 2007, p. 180.

trabalhadores. Do ponto de vista de Vasconcelos (2016), o objetivo final dessa uniformização salarial era criar uma economia onde os salários fossem iguais para todos, abolindo assim as classes sociais e, em última análise, alcançando o comunismo.

Além, de oferecer educação, saúde, esporte e cultura gratuitamente e em qualidade superior à de outros países subdesenvolvidos, ampliou a gratuidade para serviços essenciais como telefonia, eletricidade e água. Além disso, alimentos, roupas, calçados e outros bens de primeira necessidade também se encaminhavam para a gratuidade total por meio da *libreta*³⁰.

Aqueles que ainda pagavam aluguel foram totalmente isentos, e as tarifas de transporte foram reduzidas, embora não se tornassem gratuitas devido ao desafio significativo representado pelos combustíveis no desenvolvimento da ilha.³¹

“Foi criado um sistema de incentivos morais, que premiava os trabalhadores mais produtivos com diplomas, flâmulas, a Bandeira do Moncada, medalhas ou títulos de honra, como "Trabalhador de Vanguarda", "Milionário" (relacionado à produção de 10 milhões de toneladas), e "Herói Nacional do Trabalho". Outro incentivo moral era conceder prestígio aos trabalhadores mais humildes, nomeando locais importantes em sua homenagem, proporcionando-lhes um reconhecimento sem precedentes. Esses incentivos morais tinham como objetivo fazer com que o trabalho fosse visto como um dever social, em vez de um meio de melhorar o bem-estar individual” (Vasconcelos, 2015, p. 294)

Silverman (1978), destacou que a "moralização do trabalho" substituiu os incentivos materiais como um meio de modernização, ou seja, a consciência revolucionária deveria ser o principal impulsionador da colheita de 1970 e da subsequente modernização econômica que sustentaria a estratégia de desenvolvimento.

Para Guevara (1986), o trabalho desalienado é fundamental para a criação do Homem Novo. Apenas por meio dele seria possível construir essa nova consciência. Por isso, a renovação e a valorização do trabalho, especialmente o manual e produtivo, deveriam ser centrais no novo poder popular e socialista. O trabalho manual não deveria ser um fardo reservado aos menos aptos, como observado nas sociedades capitalistas, onde o trabalho desqualificado está associado a baixos salários e condições de vida precárias, especialmente

³⁰ Vasconcelos, 2013, pág. 270. A *libreta* era um sistema de racionamento de alimentos e produtos de primeira necessidade implementado em Cuba após a Revolução de 1959. Cada cidadão recebia uma caderneta, chamada "libreta de abastecimiento", que garantia o acesso a uma quantidade básica de alimentos e outros itens essenciais a preços subsidiados pelo governo. Este sistema foi criado para garantir que todos os cidadãos tivessem acesso a produtos básicos em meio à escassez provocada pelo bloqueio econômico e pela priorização de recursos para o desenvolvimento industrial e agrícola do país.

³¹ Ibidem, 2013, p. 271.

quando comparado a formas "superiores" de trabalho, como o trabalho intelectual e de gestão dos processos produtivos.

“Esta é a forma de educação mais apropriada para a juventude que se prepara para o comunismo: a forma de educação no qual o trabalho perde a conotação de obsessão que possui no mundo capitalista e passa a ser um grato dever social, que se realiza com alegria, ao som das canções revolucionárias, em meio à camaradagem mais fraternal, nos contatos humanos que revigoram uns e outros e que a todos eleva’ (Guevara, 1986, p. 52, tradução própria).

A reformulação ideológica da consciência em relação ao trabalho carregava um idealismo quase utópico, difícil de ser alcançado em um período de transição revolucionária. Na prática, seria necessário um tempo muito maior — décadas ou até séculos de continuidade — para que as necessidades econômicas visadas por essa estratégia se tornassem um pouco mais palpáveis.

O plano político econômico por trás do homem novo, caracterizava uma idealização revolucionária com altos padrões de valores morais e contava com a rápida adesão pela sociedade.

Tal fato, nos conduz a crer que as condições socioeconômicas de Cuba, apesar de serem irrefutavelmente pertinentes ao tema, não foram os únicos fatores geradores para Che, quanto da política de criação do homem novo. Na análise feita por Bugiato (2013), o “pensamento” de Che carrega elementos do humanismo teórico de Feurbach, vejamos:

“A tríade conceitual do humanismo feurbachiano pode ser elencada como essência humana, emancipação humana e alienação, cujo problema principal é: essência humana foi alienada – no caso, pelo capitalismo –, então, é necessário recuperar a essência humana alienada. É nessa tríade conceitual que o pensamento do jovem Marx está envolvido, o qual por sua vez é base para do “pensamento” de Che. Essência humana, alienação e emancipação humana permeiam o “pensamento” de Che. Pare ele, os homens estão alienados, sua consciência foi destruída pelo capitalismo, que torna o trabalho dos homens uma obrigação dispendiosa na qual os homens não se reconhecem.” (Bugiato, 2013, p. 53-62).

Na visão do autor, Che parte do pressuposto que a recuperação desta essência humana por meio do novo homem, se converteria em uma nova compreensão do homem e o lugar do trabalho na consciência coletiva. Trata-se também de um idealismo revolucionário, em promover uma completa e profunda transição ideológica, jamais vivenciada pela consciência coletiva, mas necessária para a modulação do socialismo na ilha.

“Se alguém nos disser que somos quase uns românticos, que somos idealistas inveterados, que estamos pensando em coisas impossíveis e que não se pode conseguir da massa do povo que ela seja quase um arquétipo humano, temos

que responder uma e mil vezes que sim, que isso é possível, que estamos no caminho certo, que todo o povo pode avançar, acabar com a mesquinhez humana como está acontecendo em Cuba nestes quatro anos de revolução” (Guevara, 1986, pág. 54 apud Bounicore, 2007, pág. 68).

O idealismo revolucionário exemplificado na fala de Che, assume um viés autoritário e disciplinar a partir da ação incisiva do Estado observada durante a “Ofensiva Revolucionária”.

As UMAPs na discussão do trabalho

O autor Javier Guevara³², produziu um importante estudo sobre a Unidades Disciplinadas de Ajuda à Produção (UMAP), partindo da perspectiva da mesma foucaultiana que abordada acima. O autor analisa o contexto sociopolítico em que se desenvolveram as UMAPS e que forneceram sustentação para a conduta repressiva do estado especificamente contra os homossexuais.³³

A abordagem do autor se concentra na análise representativa de Fidel Castro por meios de seus discursos revolucionários. Para Guevara (2022), a complexidade do ambiente político e social nesse período constituiu fundamento da atmosfera de tensão e o motivo do governo para adotar medidas radicais de perseguição à dissidência e ao pensamento crítico.³⁴

Os discursos de Fidel Castro, analisados marcam o exato momento da ofensiva revolucionária, mas ignoram as questões econômicas e ideológicas ligadas ao trabalho discutidas até aqui. A lógica pensada para o Guevara a partir dos discursos, trabalham sob a premissa da instauração do “estado de alerta” na consciência coletiva, diante da ameaça que o destino da revolução estaria em risco por inimigos internos da revolução.

Esses "inimigos internos da revolução" eram compreendidos pelo governo cubano, como aqueles que representavam uma ameaça à consolidação e ao avanço dos ideais revolucionários em Cuba.

³² Graduado em Psicologia e Doutor em Ciências Humanas, a análise do autor sobre a institucionalização das UMAPS, se restringe a contextualização ideológica do discurso normatizador e disciplinar tomado por Fidel Castro e não considera as questões econômicas também pertinentes ao tema. Contudo, a visão do autor sobre a utilização das UMAPS como dispositivo disciplinar, contribuiu para o pensamento que se pretende estabelecer sobre a utilização do trabalho como este dispositivo normatizador.

³³ O artigo “*A sociedade socialista não pode permitir esse tipo de degenerações. As UMAP como dispositivo disciplinares da revolução cubana*”, 2022.

³⁴ Guevara et. al, 2022, p. 6.

Para Che Guevara, os inimigos da revolução não se limitavam aos críticos abertos do governo, mas também incluíam aqueles cuja conduta se afastava do ideal revolucionário representado pelo conceito de "homem novo."

Assim, os homossexuais são inseridos dentro do que é considerado o “grupo de risco a revolução”, pela sua conduta sexual divergente dos valores de virilidade, força e moralidade estipulados pelo governo.³⁵

“A construção deste inimigo e a certeza de que o país estava ameaçado por uma guerra iminente foram mecanismos de poder que permitiram manter o estado de crise e alerta permanente, assim como estabelecer estruturas para o controle e intervenção ante os riscos, tentando disciplinar aos que se distanciavam da normalidade estabelecida.” (Guevara, 2022, p. 10)

Em virtude de tudo que já foi exposto, sabemos que a aderência da população ao pensamento revolucionário é um fator crucial para o plano econômico de cuba, como já demonstrado. Isto, somado ao humanismo que permeia a construção do homem novo visando uma sociedade livre de estrutura capitalistas, também dependia da normalização desse modelo ideal.

O trabalho de Guevara delineia a criação das UMAPs, como uma instância de policiamento de gênero utilizada como um dispositivo disciplinar da revolução. Mas a que propósito? Madero (2016), aponta lógica dupla para a essa pergunta:

“A lógica por trás da criação das UMAP era dupla: de um lado, o governo precisava controlar e "corrigir" esses elementos considerados desviantes; de outro, havia a necessidade de mobilizar mão de obra para trabalhos agrícolas e outros projetos de desenvolvimento econômico. (Madero, 2016, p. 311).”

Como vimos, a natureza autoritária dessas unidades é alimentada pela necessidade do aumento de produtividade no setor agrícola, por meio de um rígido controle estatal sob o trabalho em diferentes níveis. Em vista disto, entende-se que o dispositivo disciplinar de que trata Guevara, não seria propriamente (ou apenas) as UMAPs, mas o sim o Trabalho.

O trabalho como dispositivo disciplinar

De acordo com Foucault (2008), na análise das sociedades modernas, é possível identificar um momento histórico definido pelo advento das técnicas disciplinares. Esse período marca o surgimento de uma abordagem sistemática voltada para moldar o corpo humano de

³⁵ Guevara *et. al*, 2022, p. 18

forma a maximizar sua produtividade e sua submissão. O objetivo não é apenas aprimorar a utilidade econômica do indivíduo, mas também garantir que, à medida que ele se torna mais produtivo, também se torne mais obediente. Assim, a sociedade disciplinar é caracterizada por um tipo específico de poder que se exerce através de uma rede complexa de controle sobre os indivíduos.³⁶

Nesse contexto, Foucault (1998), também explica que a disciplina emerge como um dispositivo voltado para o controle maciço e a organização precisa dentro de instituições como prisões, exércitos, escolas, hospitais e forças policiais.³⁷ Estas instituições se configuram como espaços disciplinares, onde os métodos disciplinares requer que os corpos sejam moldados de acordo com funções específicas em ambientes relativamente restritos e bem delimitados.

Foucault (1998), identifica os mecanismos principais pelos quais os dispositivos disciplinares operam nessas instituições. O primeiro é a vigilância hierárquica, que se caracteriza por uma supervisão constante e funcional. Esse mecanismo se baseia no uso do olhar como uma ferramenta de controle e coerção, promovendo um efeito de poder através da observação contínua.³⁸

Foucault descreve também a sanção normalizadora como uma penalidade que se estende por todos os aspectos da vida institucional, não se limitando à punição ou repressão, mas visando estabelecer e manter uma norma ou padrão de comportamento. Esse padrão funciona como um princípio de coerção, moldando a conduta dos indivíduos para se adequar a uma norma de normalidade desejada.³⁹

Esse mecanismo é percebido em Cuba através do sistema de estímulos morais do homem novo, que pela perspectiva Foucaultiana contribui para estabelecer e manter normas de comportamento. Assim, os indivíduos que se comportam de acordo com o ideal de "homem novo" são recompensados, enquanto aqueles que não se moldam a norma, recebem um tratamento com viés mais autoritário, com as UMAPs. Com isso, cria-se um ambiente onde os comportamentos e atitudes são moldados para se alinhar com os valores da revolução.

Na transição para a sociedade de controle, a motivação e a produtividade são alcançadas por meio de um sistema que ajusta constantemente comportamentos e valores,

³⁶ Pereira, 2015, p. 33

³⁷ Foucault, 2014, p. 35.

³⁸ Ibidem, 2015, p. 2

³⁹ Ibidem, 2015, p.2

promovendo um compromisso contínuo com os objetivos sociais. A modulação, assim como os incentivos morais que surgem nesse novo contexto, visa integrar os indivíduos de maneira mais profunda e flexível ao sistema social e produtivo, em contraste com a abordagem mais fixa e rígida da disciplina.⁴⁰

As experiências variadas dos internos da UMAP refletem como os campos eram um componente vital dos diversos objetivos econômicos, sociais e políticos da Revolução Cubana.⁴¹

Partindo desta constatação podemos compreendê-la como resultado de uma reformulação ideológica do trabalho em sua forma disciplinar normalizadora mais expressiva. A consciência ideológica atrelada ao trabalho no caminho que se deu a Revolução Cubana, conferiu um espaço de controle do Estado na formação individual de cada indivíduo e de sua experiência enquanto ser humano, cidadão e parte de um organismo.

Para alguns grupos da população esse espaço se deu através da normalização de comportamentos e padrões de sexualidade por meio do trabalho, como um dispositivo disciplinar que se revelou maneira violenta.

Thabaz (2014), em sua análise sobre as UMAPs, detalha que esses campos eram projetados para abrigar uma variedade de internos, com uma estrutura que incluía geralmente 120 homens. A infraestrutura dos campos era cercada por arame farpado e desprovida de água encanada ou eletricidade e os alojamentos incluíam beliches com sacos de dormir ou redes, e o uniforme consistia em calças verde oliva ou azul escuro, uma camisa jeans azul claro e botas militares.

Os internos eram frequentemente segregados com base em suas categorias. Havia campos especificamente destinados a homossexuais e outros para diferentes categorias de pessoas. Em muitos casos, os homossexuais eram alocados em pelotões separados e eram transferidos publicamente para campos destinados a eles, o que evidenciava a preocupação do governo em isolar e reprimir a “difusão” da homossexualidade.⁴²

“Durante a década de 1960, o regime cubano impôs severas restrições aos direitos dos cidadãos gays. Esses indivíduos eram proibidos de lecionar, viajar para o exterior, se juntar ao exército, frequentar a universidade, praticar as artes, trabalhar na imprensa ou se unir ao partido comunista. Estudantes eram expurgados das universidades sob acusações de homossexualidade, com

⁴⁰ Pereira, 2015, p. 3

⁴¹ Thabaz, 2014, p. 31

⁴² Ibidem, 2014, p.34.

juízos públicos que se assemelhavam aos processos de contrarrevolucionários. Além disso, o emprego de antissociais e homossexuais era regulado por meio do expediente, um dossiê governamental revisado para contratação, e documentos oficiais continham símbolos que marcavam os indivíduos como antissociais ou homossexuais. No sistema legal, os processos conduzidos por tribunais populares eram públicos, exceto em casos envolvendo “honra” feminina, delinquentes juvenis ou homossexuais, evidenciando a exclusão sistemática desses indivíduos.” (Thabaz, 2014, p. 17)

No contexto das UMAPs, o trabalho disciplinar se manifesta de forma explícita através de práticas que buscam não apenas a conformidade, mas a transformação ideológica dos indivíduos. O regime cubano aplicava uma abordagem sistemática para forçar a conformidade com o ideal do “homem novo”, utilizando campos de trabalho como locais de segregação, controle e experimentação.

O tratamento cruel e desumano imposto aos homossexuais, conforme detalhado por Thabaz (2014), exemplifica a aplicação violenta desses dispositivos disciplinares. Essas práticas não apenas visavam a normalização dos comportamentos, mas também serviam como um meio de controle social mais amplo, em que a disciplina e a sanção normalizadora moldavam os indivíduos para se alinhar aos padrões desejados pelo regime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sentido da Revolução Cubana foi o da construção de um sistema socioeconômico que, fundado na socialização dos meios de produção e distribuição, superasse o subdesenvolvimento histórico, propiciando ao povo cubano sua emancipação da segregação social reproduzida por uma estrutura agrária neocolonial e pela alta vulnerabilidade externa que lhe retirava a soberania nacional.

No primeiro capítulo, discutimos o plano econômico do governo cubano, que após uma tentativa de um salto rápido ao desenvolvimento industrial (1961-1963), reorientou a política econômica para a acumulação primitiva de capital com base na antiga estrutura agrícola pensada para a exportação de açúcar.

Como vimos o projeto de desenvolvimento cubano transitou do nacionalismo democrático revolucionário para o socialismo, desencadeando uma escalada de conflitos irreversíveis.⁴³ Desse processo de reorientação da economia e ideológico, Cuba logrou uma revolução marcada positivamente pela emancipação da classe trabalhadora, mas que em termos de desenvolvimento das forças produtivas, não obteve êxito.

A modernização do subdesenvolvimento promovida pelo novo sistema político, potencializou o surgimento de estruturas produtivas alheias às necessidades da coletividade. Diante disto, a análise da reformulação ideológica do trabalho no contexto cubano entre 1965 e 1968, abordada no segundo capítulo, confere ao trabalho um papel central na tentativa de construir uma nova sociedade socialista.

A construção de estruturas que atendessem às demandas da população passava pela necessidade de redefinir os objetivos que orientariam o desenvolvimento e favoreceriam uma integração nacional em torno desses propósitos. Tal integração, segundo Vasconcelos (2013), deveria se dar em duas dimensões: de um lado, pela criação de alicerces culturais e vínculos morais que alinhassem a consciência do trabalhador voltada para coletividade, difundindo os ideais revolucionários através da normalização; de outro, pela elaboração de um sistema econômico nacional que fosse capaz de sustentar essas finalidades de maneira coerente e eficaz.

⁴³ Vasconcelos, 2013, p. 388.

A implementação das Unidades Militares de Ajuda à Produção (UMAP) é emblemática nesse processo, evidenciando a complexa interseção entre ideologia, consciência e o aumento da produtividade.

O estudo também demonstrou o desafio de modificar a consciência coletiva em relação ao trabalho. Embora o objetivo fosse a emancipação da classe trabalhadora e a criação de uma economia socialista, o contexto histórico e cultural profundamente enraizado no capitalismo dificultou a implementação dessas mudanças. A hipervalorização do trabalho e os incentivos morais se mostraram insuficientes para superar as contradições internas, resultando na necessidade de mecanismos de controle mais rígidos, como as UMAPs.

A partir dessa análise, é possível concluir que a reformulação ideológica do trabalho em Cuba foi um processo complexo, repleto de contradições e marcado por práticas autoritárias. Assim, o trabalho como dispositivo disciplinar e normalizador se revelou tanto um instrumento de progresso quanto de repressão, mostrando os limites e desafios da Revolução Cubana em sua tentativa de reconfigurar as bases econômicas e sociais do país.

É fundamental constatar que a escolha cubana, ao aprofundar a dependência econômica e o fluxo de excedentes decorrente da vantagem geopolítica, sustentou de modo inegociável o igualitarismo, as conquistas sociais, culturais e materiais da revolução.⁴⁴

Neste ponto, a história de Cuba representa um clássico exemplo em como as necessidades econômicas de um país podem subverter até mesmo os valores mais profundos de uma Revolução. É interessante pensarmos em como os valores sociais modulam-se diante de desafios econômicos de grande impacto, mas também revelam preconceitos e ações excludentes de forma arbitrária. Nisto, o próprio Fidel Castro em entrevista sobre as UMAPS, comenta: “Sim, houve momentos de grande injustiça, uma grande injustiça!”⁴⁵

⁴⁴ Vasconcelos, 2014, p. 375.

⁴⁵ Saade, C. “Sou o responsável pela perseguição aos homossexuais que se rebelou em Cuba: Fidel Castro”, La Jornada, 31 de agosto de 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. S. O trabalho como fundamento da consciência, da sociabilidade e do fenômeno humano em geral nas obras de Karl TMarx e Álvaro Vieira Pinto.2023. Trabalho de Conclusão de Curso para Mestrado, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Unidade Acadêmica de Ciências Aplicadas, Criciúma, 2018.

CEPAL. Estudio Económico y Social de América Latina y el Caribe, Santiago de Chile: CEPAL, 1958.

CASTRO, F. La historia me absolverá. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

CASONI, G.F. “Transformações econômico-sociais em Cuba em perspectiva (1990-2014). Dissertação e em História Econômica da Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

BUONICORE, A. C. Che Guevara e a construção do Homem novo. **Juventude.br**, [S. l.], n. 5, p. 63–68, 2021. Disponível em:

<https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/61>. Acesso em: 18 ago. 2024.

BUGIATO, C. O Humanismo Teórico de Che Guevara. Revista Dialectus. 2013, pág. 60-69.

ENGELS. A Ideologia Alemã. Trad.: Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Calvini Martolano. São Paulo: Boitempo.

FOUCAULT. M. Vigiar e punir: O nascimento da prisão. 20ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. Segurança, território e população. 1ª ed. São Paulo: Martin Fontes.

GUEVARA, E. Textos Econômicos para a transformação do socialismo, São Paulo: Edições Populares, 1982a.

GUEVARA, J. et Al. A sociedade socialista não pode permitir esse tipo de degenerações”. As UMAP como dispositivo disciplinares da revolução cubana. ISSN 197-6487, n. 38, 2022, Revista Sexualidad, Salud y Sociedad, 2022.

MESA-LAGO, C. Cuba: teoria y práctica de los incentivos”. In: Latin American Studies nº 7, Occasional Papers, June/1971.

MÉSZÁROS. I. Para Além do Capital, rumo a uma teoria da transição. Copyright da tradução © Boitempo Editorial, 2002.

MARX, K. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I, O Processo de Produção do Capital. Vol.1 e Vol. 2, Trad: Reginaldo Sant’Anna, Ed. Civilização Brasileira, 23a ed., Rio de Janeiro, 2006.

MASSARI, R. Che Guevara: pensamiento y política de la utopía. Navarra: Txalaparta, 2007.

NOYOLA, J. La economía cubana en los primeros años de la revolución y otros ensayos. Mexico, D.F. Siglo Veintiuno, 1971.

PERICÁS, L. B. Che Guevara e o debate econômico em Cuba. São Paulo: Xamã, 2004.

PONTE, Antonio José. Los Castros y los campos de concentración [07/02/2013]. Disponível em: https://diariodecuba.com/cuba/1360209754_489.html. Acesso em 18 de agosto de 2024.

PREBISCH, R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. In: Desarrollo Económico, vol. 26, nº103 (Oct.-Dez., 1986), p.479-502. Buenos Aires: IDES, 1986.

POLLIT, H. B; HAGELBERG, G.B. A economia açucareira cubana na época da URSS e Depois. R Econ. Sociol. Rural, Brasília, v.31, n.3, p.161-196,jul./set. 1993.

RODRÍGUEZ, A. O Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1989.

RODRIGUES, A. Memórias de repressão do governo revolucionário a homossexuais em Cuba: um estudo dos testemunhos de ex-umapianos (2007-2019). Revista em Tempos de História, n. 38, p. 295-317, 2014.

SILVERMAN, B. “Organización económica y conciencia social: algunos dilemas”. In: BARKIN, David; MANITZAS, Nita R. (Org.), Cuba: Camino Abierto. México: Siglo XXI, 1978

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007

TAHBAZ, J. 2013. “Desmistificando las Umap: a política do açúcar, do gênero e da religião na Cuba dos anos 1960”. Delaware Review of Latin American Studies. Delaware. Vol. 2, nº 14. Available at: <https://www1.udel.edu/LAS/Vol14-2Tahbaz.html>. Acesso em 18 de ago de 2024.

VASCONCELOS, J. S. Acumulação socialista originária e o debate econômico da transição em Cuba. Leituras de Economia Política (UNICAMP), n. 19, 2011.

_____. Acumulação socialista em Cuba: a herança da plantation na reforma agrária (1959-1970). Dissertação de Mestrado, IE/UNICAMP, 2013.

_____. Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba. Revista NERA (UNESP), v. 27, 2015.

_____. Trabalho voluntário e socialismo nos canaviais cubanos: uma história da safra de 1970.

